

O URAGUAI EM TRÊS QUADROS

MURILO
MARCONDES
DE MOURA

I.

Dos textos da literatura colonial brasileira, *O Uruguai* é dos mais revisitados e elogiados, seja por episódios inteiros, seja por alguns pequenos trechos ou mesmo por imagens e versos avulsos.

Entre as passagens e aspectos mais lembrados: a abertura de forte impacto; a mentalidade pacifista ao apresentar os equipamentos do bem armado exército europeu; a curiosa associação do acampamento dos soldados sobre as copas das árvores “às ruas marítimas de Veneza”, após a enchente do rio Jacuí; os diálogos impressionantes de Gomes Freire de Andrade com os indígenas Cacambo, temperado, e Cepé, colérico, ambos altivos; cenas de batalha entre indígenas e europeus (historicamente, a batalha de Caiboaté, que o poeta articula a outros combates, uma vez que Cepé foi morto três dias antes desse enfrentamento decisivo); a façanha de Cacambo, ao incendiar o acampamento europeu, instigado pela aparição noturna de Cepé, e ajudado pelos elementos da natureza; o sol da aurora descortinando, desde uma “escalvada montanha”, o palco do “teatro verde” da natureza “americana”; o retiro e o suicídio de Lindoia.

Igualmente elogiadas são as virtudes técnicas do poema: a exímia versificação; a adjetivação sempre elegante; o ajuste preciso entre o som e o sentido, tanto em termos de uma concepção mais larga de musicalidade quanto pela exploração da sonoridade dos detalhes.

Por outro lado, também é recorrente na recepção de *O Uruguai* o reparo à pouca amplitude do sopro épico, quem sabe motivada pelo próprio assunto. O fôlego seria aqui antes curto, e as eventuais passagens de beleza indiscutível não o redimiriam desses problemas de composição, entre os quais um dos maiores consistiria nessa espécie de inadequação ao gênero escolhido. O caráter pouco expandido do poema, em seus 1377 decassílabos brancos, distribuídos em cinco cantos, se mostraria ainda mais problemático no último destes, pela excessiva brevidade em estrutura já tão contida.

Essa suposta rapidez do poeta na execução da obra se abre para outra questão (e das mais ásperas) também repisada por parte da crítica – a do

(bom) artífice instado, no entanto, por demandas demasiado alheias às do próprio polimento do texto. Daqui se deriva, talvez, um ponto sobremaneira polêmico relativo ao autor e sua obra: a subserviência às circunstâncias imediatas, a adesão muito ostensiva às solicitações ideológicas daquele momento, agitado e aberto a mudanças radicais – no caso de Basílio, a adoção resoluta do ideário iluminista, em sua versão pombalina, com o consequente ativismo antijesuítico. Ambos se manifestam sobretudo em duas passagens (duas écfrases): a primeira, no final do Canto III, com a feiticeira Tanajura apresentando a Lindoia, ao mexer um “licor puro” em seu “ferrugento vaso”, em uma espécie de pintura líquida, imagens da Lisboa destruída pelo terremoto e logo reconstruída pela firme atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo, então conde de Oeiras, além da expulsão dos jesuítas do reino, a destruição da “república” jesuítica e, ainda, o auto de fé do padre Malagrida; a segunda, em longa passagem do Canto V com a descrição da pintura na abóbada da catedral de São Miguel, figurando a ambição e a perfídia jesuíticas.

É claro que não estamos desconsiderando a prática do mecenato, então generalizada.¹ A propósito, em *O Uruguai*, Basílio da Gama, como poeta vinculado ao Império português, celebra sua figura mais poderosa (excetuando-se, naturalmente, o rei), Sebastião José de Carvalho e Melo; e como poeta nascido na maior e mais rica colônia daquele império, homenageia seus dois homens públicos mais importantes: Gomes Freire de Andrade e Francisco Xavier de Mendonça Furtado. O primeiro era não apenas o comandante português na Guerra Guaranítica, mas também governador do “Estado do Brasil”; o segundo, a quem o poema é dedicado, era governador do “Estado do Grão-Pará e Maranhão” e irmão de Sebastião José, o futuro marquês de Pombal. Não se esperaria do poeta autonomia orgulhosa, ilhado em sua “solidão de indivíduo”, diante desses poderosos ou dos poderes constituídos, mas para alguns teria havido excesso dentro daquela mesma prática encomiástica.

Essas questões, sem dúvida, estão longe de esgotar a variedade de abordagens de *O Uruguai*, mas não é o propósito aqui discutir as diferentes leituras por ele provocadas (mesmo porque essa tarefa já foi realizada de maneira exaustiva e com excelência por Vania Pinheiro Chaves),² e as que apenas sublinhei servem antes como introito ao

1 Leia-se a respeito o longo estudo de Ivan Teixeira, *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: FAPESP/Edusp, 1999.

2 CHAVES, Vania Pinheiro. *O Uruguai e a fundação da literatura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1997.

propósito principal deste texto: buscar apreender e fixar uma imagem abrangente do poema, ainda que para isso se tangencie o risco do acúmulo de seus aspectos e características. Com esse fim, no âmbito da recepção do *Uraguai*, consideremos, de modo muito sucinto, as observações de um dos maiores admiradores de Basílio da Gama, especialmente em relação ao seu poema mais importante – Machado de Assis.

Em 1875, Machado projetava escrever uma “larga biografia deste nosso maviosíssimo poeta”, conforme escreveu a Araújo Porto-Alegre, solicitando deste, que então estava em Lisboa, “apontamentos daquilo que tiver a respeito dele”, além de indicar pessoas que pudessem ajudá-lo na tarefa; e, como “o José Basílio esteve em Roma”, Machado pediu ao amigo que consultasse o então ministro brasileiro naquela cidade [João Alves Loureiro] – ele talvez “pudesse favorecê-lo com alguma pesquisa”.³

Ficamos sem saber se ele foi atendido em suas solicitações; e só podemos especular sobre os motivos que o teriam levado a desistir do projeto. Talvez tivesse desanimado com os poucos dados obtidos, talvez recuasse diante das intermináveis polêmicas relativas a determinadas atitudes do poeta – que teria sido oportunista para conquistar os favores de Sebastião José de Carvalho e Melo ou ingrato em relação aos jesuítas, seus primeiros protetores; se bem que em crônica muito posterior, de 1895, próximo ao centenário da morte de Basílio, ele se refira a este como “jovem piedoso e modesto que mostrou possuir o sentimento da glória e da pátria”,⁴ indicando simpatia também pela pessoa. Enfim, só podemos lamentar que o trabalho não tenha sido levado a cabo, mas o fato é que uma “larga biografia” de Basílio da Gama jamais foi realizada. Machado pode ter sido dos primeiros a experimentar essa dificuldade, uma vez que Lourenço Kaulen, ainda no século XVIII, pretendeu não propriamente escrever uma biografia do poeta mas apenas vituperá-lo. Ao longo do século XIX, de resto, os perfis biográficos de Basílio da Gama contêm em geral erros factuais além de fabulações. E mesmo com as descobertas de vários documentos importantes, lacunas sobre a vida do poeta persistem.

Na carta a Araújo Porto-Alegre, chama a atenção o adjetivo “maviosíssimo”, pois essa impressão de suavidade, delicadeza e doçura acompanharia Machado em suas posteriores apreciações de Basílio da

3 Cf. ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis. Tomo II – 1870-1889*. Coord. de Sérgio Paulo Rouanet. Org. de Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 99.

4 Cf. id. *A semana*, de 4 ago. 1895.

Gama. No poema “Lindoia”, por exemplo, fala-se da “voz suave e forte do vate”. Mas é em “A nova geração” que os elogios se aprofundam, entrelaçando técnica e cor local: “Sem diminuir o alto merecimento de Gonzaga, o nosso grande lírico, é evidente que José Basílio da Gama era ainda maior poeta. Gonzaga tinha decerto a graça, a sensibilidade, a melodia do verso, a perfeição do estilo; mas ainda punha em Minas Gerais as pastorinhas do Tejo e as ovelhas acadêmicas. Bem diversa é a obra capital de Basílio da Gama. Não lhe falta, também a ele, nem sensibilidade nem estilo, que em alto grau possui; a imaginação é grandemente superior à de Gonzaga, e quanto à versificação nenhum outro, em nossa língua, a possuiu mais harmoniosa e pura”.⁵ Dezesesseis anos depois, por ocasião das comemorações do centenário de Basílio, algumas formulações se repetem, ainda que um pouco matizadas. Depois de afirmar que “o *Uruguai* é obra de um grande e doce poeta”, a antiga comparação retorna: Basílio é “superior a Gonzaga a certos aspectos”, em especial pela utilização do “verso solto”, cuja “harmonia é seguramente mais difícil” de alcançar.⁶ Em crônica escrita no ano seguinte, Machado receia que em seu segundo centenário o poeta possa não vir a ser mais celebrado, e que sua presença se limite às antologias, mas “com alguns dos mais belos versos que se têm escrito na nossa língua”.⁷ Nesses textos, Machado sempre considera Basílio da Gama um poeta pouco popular, “que caminha para as bibliotecas e para a devoção de poucos”,⁸ fadado a uma fama exclusivamente literária.

Nessa brevíssima revista de Basílio lido por Machado, resta uma ardida e curiosa digressão, presente no capítulo LXXIII de *Esau e Jacó*. O narrador, ao referir-se à política econômica do Encilhamento, com o aumento artificial da circulação de papel-moeda, desliza ironicamente para o mito do Eldorado, e daí para *Cândido* e *Cacambo*, da famosa novela de Voltaire, em seguida para o nosso *Uruguai*, dada a presença nas duas obras de um personagem homônimo:

Pessoas do tempo, querendo exagerar a riqueza, dizem que o dinheiro brotava do chão, mas não é verdade. Quando muito, caía do céu.

5 Cf. id. “A nova geração”. In: _____. *Obra completa* (Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1986). 3 v., p. 815. Originalmente publicado em dezembro de 1879.

6 Cf. id. *A semana*, 7 jul. 1895.

7 Cf. id. *A semana*, 16 ago. 1896.

8 Ibid.

Cândido e Cacambo... Ai, pobre Cacambo nosso! Sabes que é o nome daquele índio que Basílio da Gama cantou no *Uruguai*. Voltaire pegou dele para o meter no seu livro, e a ironia do filósofo venceu a doçura do poeta. Pobre José Basílio! tinhas contra ti o assunto estreito e a língua escusa. O grande homem não te arrebatou Lindoia, felizmente, mas Cacambo é dele, mais dele que teu, patrício da minha alma.⁹

É para além do improvável que Machado tenha confundido as datas, e considerado a novela *Candide*, publicada originalmente em 1759, como posterior ao *Uruguai*, editado dez anos depois, sugerindo assim qualquer espécie de apropriação pelo autor francês (“grande homem”) do autor brasileiro (“Pobre José Basílio”). Trata-se apenas de ponderar os dois personagens homônimos e “americanos” (o de Voltaire, “um quarto”¹⁰ europeu), e a comparação estabelece uma hierarquia entre os escritores, mas o narrador se apressa em ficar ao lado do menos favorecido, chamando-o de “patrício da minha alma”. O que essa assimetria tem a ver com aquele instante de caos econômico do país, em que chão e céu se alternam, e com a imagem do final do capítulo, em que há uma reversibilidade sarcástica entre patrão e cocheiro, sem contar o maior peso da ironia em relação ao lirismo, é assunto para os intérpretes do romance dos gêmeos.

De passagem, cabe mencionar as dualidades assimétricas que se sucedem vertiginosamente também na obra de Voltaire, entre outros exemplos, o próprio par Cândido e Cacambo, senhor e valete; as visões de mundo opostas de Pangloss e Martin; o “mal moral” e o “mal físico”; as “convulsões da inquietude” ou a “letargia do tédio”, alternativas igualmente precárias; as assimetrias também inscritas nos corpos, submetidos a sofrimentos atrozes, como a velha com uma das nádegas cortada e Pangloss, acometido pela sífilis, com apenas um dos olhos e uma das orelhas. Em *Cândido*, através do sarcasmo mais extremado, as maiores brutalidades da época são referidas: a estupidez das guerras e qualquer espécie de fanatismo, em especial o religioso; como diz Cacambo a Cândido, após uma sucessão de desastres na América do Sul, “este hemisfério não vale mais do que o outro”. “Frémir d’horreur” (“Tremor de horror”), era o bordão de Voltaire diante dessas calamidades, de que a sua

⁹ Id. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. 1 v., p. 1042.

¹⁰ Cf. VOLTAIRE. *Candide* (Paris: Gallimard, 2018), p. 52: “C’était un quart d’Espagnol.”, isto é, provavelmente o pai é mestiço e a mãe, indígena.

famosa novela é um inventário impressionante.

No que o breve capítulo pode ajudar a fixar a imagem que Machado tinha do *Uruguai*, e de uma maneira geral de Basílio, é sempre a “doçura” a prevalecer (ainda que em meio ao épico) e o conseqüente elogio ao episódio da morte de Lindoia. Mas resta comentar uma formulação decisiva: “Tinhas contra ti o assunto estreito e a língua escusa”, que também parece ecoar algo da condição do escritor brasileiro, como talvez ainda fosse experimentada pelo próprio Machado de Assis – além de trabalhar com uma língua desprestigiada, ter diante de si um espetáculo mesquinho, do “tamanho fluminense”, para lembrar José de Alencar. Mas convém retornar ao nosso ponto: o “assunto estreito” do poema *O Uruguai*.

II.

O “assunto é todo americano”, afirmou Basílio da Gama em carta a Pietro Metastasio, o maior poeta da escola árcade, ao enviar-lhe um exemplar de *O Uruguai* – afirmação que deu o que pensar a muitos intérpretes do poema. Revelaria a principal intenção do autor – escrever um poema “localista”? Ou tratava-se mais de estimular a curiosidade do “poeta cesáreo”, ao acenar-lhe com o exotismo, que então fascinava o homem europeu? Na nota relativa ao verso 156 do Canto I de *O Uruguai*, está indicada outra motivação, a de, como “americano”, poder “informar miudamente de tudo o sucedido”. Mas aqui o poema situa sua matéria em outra esfera, a do conflito de interesses entre a Companhia de Jesus e as monarquias ibéricas, representadas estas pelos exércitos português e espanhol – portanto, conflito todo europeu, embora transcorrido em terras americanas. Como se vê, o assunto é tudo, menos estreito, e essa espessura, voluntária ou não nesse poeta luso-brasileiro, merece ser desdobrada.

Antes disso, porém, ao menos uma palavra sobre a questão “americana” ou “brasileira” em Basílio e seu poema. Partamos de uma referência portuguesa, um soneto de Correia Garção, que aliás foi barbaramente perseguido por Pombal, escrito no contexto da chamada “Guerra dos Poetas”, em que destrata violentamente Basílio. Um dos modos de rebaixar o poeta é insinuar a sua baixa fidalguia e o engenho curto, mas também sublinhar sua origem geográfica, como se lê no segundo quarteto: “Examinado ele é um pedante,/ Das Musas

portuguesas vitupério./ Foi criado no cálido hemisfério,/ Fidalgo pobre, cavaleiro andante”. O soneto apresenta o poeta como uma espécie de *parvenu* – nas letras, na nobreza e na metrópole, buscando ocupar uma posição que não lhe é devida. A origem no “cálido hemisfério” torna-se, portanto, estigma. Importa aqui que o poeta seja definido, de fora para dentro, como “americano” ou “brasileiro”, classificação aliás que ele já ostentava, mas com orgulho, enquanto membro da Arcádia Romana (“Giuseppe Basilio, brasiliano”). Sérgio Buarque de Holanda especula que o nome árcade do poeta, Termino Sipílio, tenha sido formado da junção de “originário da terra tropical” a um “anagrama de seu nome italianizado”. De todo modo, pode-se pensar em alguma especificidade da condição americana ou de brasileiro, a qual, é de se supor, o próprio Basílio devia considerar. Não se trata de patriotismo, que não faria nenhum sentido, mas de um pertencimento a uma região com o consequente sentimento de uma diferença, que pode perfeitamente ter estimulado o poeta em sua criação.

O assunto (mais imediato) de *O Uruguai* é a guerra empreendida por forças militares de Portugal e Espanha contra os indígenas guarani (a etnia largamente predominante nas Missões) que habitavam as Reduções jesuíticas situadas à margem esquerda do rio Uruguai, os chamados Sete Povos das Missões. O objetivo era fazer cumprir os termos do Tratado de Madrid, assinado pelas duas monarquias ibéricas em janeiro de 1750. O tratado era amplo, visava “concluir o ajuste com recíproca satisfação e conveniência” dos limites entre os dois países em “toda a América e Ásia”. A circunstância era favorável, pois o rei de Espanha, Fernando VI, estava casado com Bárbara de Bragança, filha do rei português D. João V. Dos 26 artigos do Tratado, vários se ocupam, total ou parcialmente, das fronteiras em torno da Bacia do Prata, indicando a importância estratégica daquela região.

Aqueles territórios ocupados pelas Missões “pertenciam” à Espanha, que as cederia a Portugal em troca da Colônia do Sacramento, muito bem posicionada no Rio da Prata, na margem oposta a Buenos Aires, e que desde a sua fundação, em 1680, era motivo de conflitos ferozes entre os dois países na busca de hegemonia na região. Assim está determinado em três artigos do Tratado, os de número XIII, XIV e XVI, abaixo transcritos (mas o fato é que esse Tratado esteve cercado de suspeições e dúvidas, como atestam as “cartas secretíssimas” de Sebastião José a Gomes Freire de Andrade, e a rigor ele nunca seria cumprido, de modo que o imbróglio

das fronteiras naquela região só iria ser resolvido inteiramente muito depois, já pelas novas nações sul-americanas...):

“Sua Majestade Fidelíssima em seu nome, e de seus herdeiros e sucessores, cede para sempre à Coroa de Espanha a Colônia do Sacramento, e todo o seu território adjacente a ela, na margem setentrional do rio da Prata, e as praças, portos e estabelecimentos, que se compreendem na mesma paragem; como também a navegação do mesmo rio da Prata, a qual pertencerá inteiramente à Coroa de Espanha.”

“Sua Majestade Católica em seu nome, e de seus herdeiros e sucessores, cede para sempre à Coroa de Portugal tudo o que por parte de Espanha se acha ocupado, por qualquer título ou direito possa pertencer-lhe em qualquer parte das terras, que pelos presentes artigos se declaram pertencentes a Portugal.”

“Das Povoações e aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem Oriental do Uruguai, sairão os missionários com todos os móveis, e efeitos, levando consigo os índios para aldear em outras terras de Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus móveis e semoventes, e as Armas, Pólvora, e Munições que tiverem; em cuja forma se entregarão as povoações à Coroa de Portugal, com todas as suas Casas, Igrejas e Edifícios, e a propriedade e posse do terreno.”

Mas os indígenas (eram cerca de 30 mil) se recusaram a sair daqueles territórios missioneiros, que ocupavam desde o século anterior (para não dizer desde sempre...). Ali, malgrado a incômoda situação de viverem uma experiência tão diversa de sua cultura própria, encontraram alguma paz e alguma segurança, depois de lutas difíceis contra as razias dos bandeirantes ou a sanha dos colonos espanhóis ou dos *criollos* que também os cobiçavam como mão de obra. Paz provisória, pois o pior estava por vir.

A operação militar durou muito, 1752–1756, sobretudo tendo em mente a total disparidade de forças, mas isso se explica pelas dificuldades da própria mobilização dos exércitos em terreno inóspito, pela complexidade da tarefa de demarcar com precisão as fronteiras e pelas delongas nas tentativas de retirar pacificamente os indígenas daquelas terras. Após o único enfrentamento guerreiro de maior envergadura – a batalha de Caiboaté, facilmente vencida pelas forças europeias, restava apenas ultrapassar obstáculos naturais para atingir os territórios das Missões e forçar sua desocupação.

A centralidade, no poema, desse evento histórico é patente, sobretudo nos dois primeiros cantos e, em parte, no último, mas se mostra mais

rarefeita em algumas passagens esparsas e nos cantos III e IV. Atendemos, apenas aos sucessos militares desse enfrentamento, teríamos:

No Canto I, o encontro dos dois exércitos europeus; o diálogo entre o comandante português, Gomes Freire de Andrade (o herói, digamos, mais ostensivo do poema) e o comandante espanhol, general Catâneo, no qual se explicita a causa da guerra; a apresentação das armas e de alguns heróis ibéricos ou ibero-americanos, o relato de tentativas militares anteriores (particularmente aquela frustrada pela inundação do rio Jacuí, obrigando o exército a acampar sobre as copas das árvores).

No Canto II, duas cenas básicas: a primeira contém os diálogos de Gomes Freire de Andrade com os chefes indígenas, Cacambo e Cepé, imediatamente antes da batalha de Caiboaté, a qual, em termos históricos, representou o grande enfrentamento militar da operação, com a derrota fragorosa dos indígenas, diante de forças muito superiores. Foram mortos mais de 1,2 mil (alguns falam em 1,5 mil); entre os europeus houve quatro mortes. Basílio da Gama faz Cepé morrer nesta batalha, embora historicamente este temível líder tenha sido torturado e executado, tendo a cabeça decepada, três dias antes, pelo mesmo governador de Montevideú, que o mata “em duelo” no poema.¹¹

No Canto III, com a derrota das forças indígenas, resta a façanha individual de Cacambo, incendiando o acampamento europeu às margens do rio Uruguai. A prisão e o envenenamento de Cacambo a mando do padre Balda se situam em outra esfera, não diretamente militar, embora a ela relacionada.

No Canto IV, a guerra está quase totalmente subtraída. No início, para dar lugar à natureza americana; em seguida, em virtude de dois eventos encadeados: primeiro, a reunião dos indígenas para a celebração do absurdo casamento de Baldeta e Lindoia, que acabara de perder Cacambo; depois, como só faltava a noiva-viúva para a cerimônia, foram encontrá-la morta, em uma “lapa cavernosa”, para a consternação de todos. Os indígenas, aturdidos, parecem nem se lembrar mais da guerra mortífera em que se encontram; na verdade, mesmo os leitores estão distraídos daquele eixo bélico, graças à perícia do poeta, que se compraz e se esmera na apresentação da natureza e na construção da famosa cena da morte de Lindoia. Quando os europeus afinal invadem o território, a surpresa é grande: “Mas neste tempo um índio

¹¹ A respeito, ver a exposição clara e sintética em GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica. O levante indígena que desafiou Portugal e Espanha* (São Paulo: Terceiro Nome, 2014).

pelas ruas/ Com gesto espavorido vem gritando,/ Soltos e arrepiados os cabelos:/ Fugi, fugi da mal segura terra,/ Que estão já sobre nós os inimigos”.

No Canto V, a ocupação e a visão da abóbada da igreja da Redução de São Miguel, a mais esplendorosa dos Sete Povos. Prosseguimento da ocupação com a rendição total dos guaranis.

Mas é preciso ampliar o ângulo de visão para as guerras ocorridas mais ou menos simultaneamente na Europa e na América. Sobretudo para a Guerra dos Sete anos (1756-1763), que envolveu toda a Europa, em especial a França e a Inglaterra, que buscavam expandir seus domínios em vários continentes. Na América do Norte, por exemplo, sobretudo na região que seria mais tarde o Canadá, aqueles dois países recrutaram vários povos nativos, que se viam inevitavelmente arrastados para um conflito em que apenas eles perdiam. Na Guerra Guaranítica, por sua vez, o exército espanhol, em sua marcha contra as Missões, foi acompanhado pelos indígenas Charruas, nômades, inimigos dos guaranis. Em anos anteriores, em ataques à Colônia do Sacramento, os espanhóis e os *criollos* foram auxiliados pelos mesmos guaranis que agora estão empenhados em desalojar... As cartas dos cabildos das Missões ao governador de Buenos Aires (escritas originalmente em guarani), implorando em nome de “nosso santo rei”, para que a troca de terras não se consumasse, são comoventes em vários aspectos e cheias de indignação e aturdimento: “Quer enxotar-nos para os montes, como se fôssemos coelhos, ou para o campo raso, como se fôssemos caracóis”.¹² Entre tantas outras, a surpresa maior: como, aos portugueses, inimigos da Espanha, que os próprios indígenas ajudaram outrora a combater, era outorgada aquela terra imensa e cultivada, enquanto eles, súditos fiéis, eram abandonados à míngua? Em sua retidão, eram incapazes de compreender os volteios da política europeia. Um trecho dessas cartas é interessante pelo contraste com a fala de Cacambo no poema: “Por que é, pois, que dás sete formosos Povos em paga da Colônia, que é apenas um e pobre povo?”¹³ Em direção contrária, diz Cacambo, no Canto II: “E quererão deixar os portugueses/ A praça que avassala e que domina/ O gigante das águas, e com ela/ Toda navegação do largo rio,/ Que parece que pôs a natureza/ Para servir-vos de limite e

¹² Carta de Nicolau Ñenguiru ao governador de Buenos Aires, José Andonaegui, de 20 jul. 1753. A queixa é contra o padre Luís Lope Altamirano, Comissário da Companhia de Jesus para encaminhar a retirada dos índios das Missões. Cf. RABUSKE, Arthur. “Cartas de índios cristãos do Paraguai, máxime dos Sete Povos datadas de 1753”. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo: Unisinos, ano 12, v. 14, n. 47, 1978, p. 94.

¹³ Trecho de carta dos indígenas da Missão de Santo Ângelo ao governador de Buenos Aires, também de 20 jul. 1753. *Ibid*, p. 78.

raia?/ Será; mas não o creio...”. A fala de Cacambo denuncia na verdade o desejo dos portugueses de não abrir mão da Colônia do Sacramento (embora essa concessão fosse a essência do Tratado relativo aos limites do sul...); os indígenas efetivamente apenas não queriam abandonar os territórios das Missões, onde estavam instalados há cerca de 150 anos.

Convém lembrar, portanto, que aquela guerra, local e menor, deve ser encarada como manifestação de algo mais abrangente. Mesmo porque se tratava de guerra empreendida para validar um Tratado de Limites assinado na Europa, entre portugueses e espanhóis, com o propósito de rearranjar a partilha de terras proposta inicialmente pelo Tratado de Tordesilhas (1494) – segundo Serge Gruzinski, o primeiro documento de globalização do Ocidente. Assim, o âmbito diminuto da Guerra Guaranítica não nos deve fazer esquecer sua exemplaridade mundial.

Do ponto de vista português, o conflito tinha enormes implicações, tanto pela expansão do território de sua maior colônia como pela tentativa de estabelecer-se na Bacia do Prata, ponto comercialmente muito importante. Não por acaso, naquele momento ocorreu a mudança do centro do poder de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), mais próximo geograficamente daqueles conflitos, sem contar uma política sistemática de povoamento, como a de trazer os açorianos e também a de libertar, por decreto, o indígena, e incentivar os casamentos com brancos (na verdade de homens brancos com mulheres indígenas...) para promover a ocupação dos territórios “conquistados”.

(Em relação ao futuro país, que iria proclamar sua independência pouco mais de meio século depois, as consequências seriam igualmente profundas, com a ampliação continental do território, inclusive no Norte, onde era governador, como assinalamos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Sem contar o deslocamento das decisões políticas do Nordeste para o Sudeste, ainda hoje tão vigente, apesar da mudança da capital para o centro do país).

Conflito de enorme importância ou significação, também, por outra peculiaridade: a de consistir no enfrentamento entre militares europeus e forças indígenas, com a evidente diferença de tecnologias, mortal para estas últimas – defasagem que marcou, desde o início do processo colonizador, aquele (des)encontro de culturas, para lembrar a formulação de Eduardo Viveiros de Castro. Ainda, outra nuance aqui: guerra contra “índios”, mas não mais “selvagens”, como aqueles encontrados pelos primeiros europeus que aqui aportaram, mas “índios” já aldeados, reduzidos, aculturados ou

ocidentalizados, a nomenclatura variando de acordo com a perspectiva que se queira adotar. Nesse sentido, o poema atualiza aquele confronto de culturas, talvez seu aspecto mais relevante, mas já em momento histórico muito diverso do início da colonização, que resultou no domínio irrestrito do europeu, após uma prática demorada de aculturação dos povos indígenas quando não de seu sistemático extermínio. É exatamente isso, aliás, que diz Cacambo em passagem notável e sempre lembrada do poema: “Gentes de Europa, nunca vos trouxera/ O mar e o vento a nós. Ah! Não de balde/ Estendeu entre nós a natureza/ Todo esse plano espaço imenso de águas”. E, de um ângulo mais aguerrido, o outro herói indígena, Cepé: “Todos sabem/ que estas terras, que pisas, o céu livres/ Deu aos nossos avôs...”.

Outro fato decisivo, índios, agora, reduzidos por jesuítas, o que transformava a Guerra Guaranítica em complexa ramificação de forças. Além daquele enfrentamento militar entre europeus e indígenas, o choque interno de culturas entre jesuítas e indígenas reduzidos, na controversa construção social que significaram as Missões, assunto que tem provocado polêmicas intermináveis, e isso desde sempre. Havia visões, como a de Ludovico Antonio Muratori em *Il cristianesimo felice*, é certo que um pouco anterior ao descrédito profundo em que cairiam os jesuítas (a primeira parte foi editada em 1743; a segunda, em 1749), para quem as Missões representavam um ponto culminante na história do cristianismo, um “glorioso empreendimento”. Nas “Reduções cristãs do Paraguai, nasceu uma indivisível caridade fraterna”; ao contrário da felicidade europeia, baseada na pompa e na riqueza, teríamos ali uma “pobreza contente” (*povertà contenta*), na qual os indígenas “não perturbam sua tranquilidade com o desejo do supérfluo” e mantêm uma prática de “comunhão de bens” em que todos gozam de uma “certa igualdade”, assemelhando-se assim ao sentido comunitário dos “primeiros cristãos e da igreja primitiva”. O contraste é completo, por exemplo, com a visão de Voltaire, exposta em várias passagens de sua obra e na imensa correspondência, como nesse trecho de *Cândido*: “É uma coisa admirável esse governo. O reino tem mais de trezentas léguas de diâmetro; ele está dividido em trinta províncias. *Los padres* têm tudo e os povos nada; é a obra-prima da razão e da justiça”.¹⁴ Visão quase idêntica à apresentada pelo

¹⁴ Cf. VOLTAIRE. *Candide* (op. cit.), p. 53: “C’est une chose admirable que ce gouvernement. Le royaume a déjà plus de trois cents lieues de diamètre; il est divisé en trente provinces. *Los padres* y ont tout, et les peuples rien; c’est le chef d’oeuvre de la raison et de la justice”. (Quando não houver indicação em contrário, todas as traduções presentes nesse artigo são de minha autoria.)

próprio Basílio em seu poema, quando denomina de “República infame” aquela experiência das Missões. A polêmica se emancipou de sua época própria, e intérpretes posteriores voltarão a polarizar as opiniões: para alguns tratava-se da realização de uma sociedade comunista autêntica, para outros apenas uma forma de ditadura teocrática. Arno Alvarez Kern, estudioso do assunto, contesta com bons argumentos essas visões que buscam encontrar modelos utópicos na concepção das Missões. Para ele tratava-se, antes, de algo forjado na práxis histórica concreta, “uma tentativa bem-sucedida de instalação e desenvolvimento de uma vida comunitária cristã, com grupos de guaranis que eram levados pelos jesuítas para uma situação de aculturação”.¹⁵

O fato é que naquelas comunidades a língua falada era o guarani, para isolá-las, é verdade, dos espanhóis, mas essa persistência de algo autóctone, não deixava de representar uma valorização, ainda que muito ambivalente, da cultura do indígena. Paradoxo profundo este: os indígenas, acuados pelas preações constantes dos bandeirantes e pela proximidade dos colonos de origem espanhola, sempre prontos a escravizá-los, trocaram sua liberdade, que paradoxalmente os expunha, pela orientação dos jesuítas, os quais – interessados na dilatação da fé, mas sem jamais abandonar a perspectiva superior de quem era emissário da Salvação, e sem perder de vista tampouco a consolidação de um poder econômico, com o monopólio da mão de obra indígena – adotaram a língua daqueles que aculturavam. É certo, porém, que os indígenas não foram passivos naquele processo complexo de socialização ou naquela experiência de humanidade, que representaram as Missões. Bartomeu Melià, por exemplo, estudioso importante do assunto, aponta como traços próprios da sociabilidade dos guaranis – “a forma cooperativa do *potirõ* e de uma economia de reciprocidade”¹⁶ – influíram decisivamente na organização das Missões. Egon Schaden, na mesma linha, ainda que não considerando diretamente as Missões, argumenta que “a cultura guarani revela grande resistência aos efeitos de diferentes situações de contato” e que “a adoção de elementos do cristianismo reflete uma estratégia para melhor conservar as crenças e os valores tradicionais, uma forma de conceder para não ceder”.¹⁷

15 Cf. KERN, Arno Alvarez. *Utopias e missões jesuíticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994, p. 75.

16 Cf. MELIÀ Bartomeu; NAGEL, Liane Mari. *Guaraníes y jesuítas en tiempo de las Misiones*. Santo Angelo/Asunción: Centro de Cultura Misioneira/ CEPAG, 1995, p. 148.

17 Cf. SCHADEN, Egon. “A religião guarani e o cristianismo. Contribuição ao estudo de um processo histórico

Profundamente implicado na guerra das Missões, adensando ainda mais o “assunto” do *Uraguai*, está o conflito radical entre os projetos de modernização pombalinos e a Companhia de Jesus. Nesse sentido, Portugal se situa na vanguarda do movimento europeu que terminaria com a extinção da ordem jesuítica, por breve papal de Clemente XIV, em 1773. Antes, Portugal havia sido o primeiro país europeu a expulsar os jesuítas, em 3 de setembro de 1759, por “justa, sábia e previdente lei”; atente-se para o dia, o mesmo do atentado contra D. José I, culpabilizando, portanto, além de setores mais tradicionais da nobreza lusitana, os próprios inacianos, e que culminaria na execução do padre Malagrida, em 1761. Esse confronto incluía um conjunto amplo de reformas políticas, econômicas e culturais, de modo que a influência dos jesuítas em Portugal e nas colônias foi esvaziada radicalmente. No Maranhão e Grão-Pará, por exemplo, o irmão de Pombal já havia exasperado esse embate, a partir da recém-criada Companhia Geral do Comércio, sem contar outras medidas que visavam retirar os indígenas da “tutela” dos padres. A reforma da educação afastava os jesuítas de um campo em que eles eram até então absolutos. No que se refere à Guerra Guaranítica, a culpabilização dos inacianos atinge o ápice com a publicação, em 1757, da *Relação abreviada da República*, cuja autoria é normalmente atribuída ao próprio Sebastião José de Carvalho e Melo.¹⁸ Esse opúsculo, que é uma das fontes de Basílio da Gama para o seu poema, já desde o título imputa o crime de lesa-majestade à Companhia de Jesus, ao “comprovar” que ela teria erigido no Novo Mundo um estado dentro do estado, isto é, as Missões, a exemplo de outras iniciativas jesuíticas análogas, que constituiriam uma “República” à parte. Uma afronta inaceitável à soberania das monarquias ibéricas, e ainda com o agravante de terem sido empreendidas sob a capa da nobre tarefa de salvação do ameríndio. Por mais que as Missões tivessem suas especificidades, não estava em seu horizonte essa autonomia, mas naquele momento apenas os próprios jesuítas estavam dispostos a contestar essa acusação (como faria anos depois Lourenço Kaulen).¹⁹ Outras incriminações aos jesuítas estão contidas na *Relação abreviada*,

de comunicação intercultural.” *Revista de antropologia*, São Paulo: FFLCH-USP, v. 25, 1982, p. 2.

¹⁸ Há uma edição organizada por Júlio Quevedo, com o título *República jesuítica ultramarina* (Santo Ângelo: Centro de Cultura Missioneira/FUNDAMES, 1989).

¹⁹ Cf. KAULEN, Lourenço. *Resposta apologética ao poema intitulado O Uruguay*. Lugano, 1786.

como a de manterem os indígenas em regime de escravidão e a de lhes fornecerem armas e providenciarem disciplina e treinamento militares, além de os incitarem a reagir aos termos do Tratado de Limites. No que se refere à militarização dos guaranis, Portugal e Espanha deviam conhecê-la muito bem, pois ela foi promovida em grande parte pela própria monarquia espanhola, inclusive para lutar contra os portugueses fortificados na Colônia do Sacramento. Muito antes, essa militarização já ocorrera para proteger os indígenas das razias dos bandeirantes, os quais, após fazerem muitos estragos entre os guaranis, sofreram uma derrota exemplar na Batalha de Mbororé (1641).

A publicação do opúsculo pombalino ocorreu logo após as ações militares da Guerra Guaranítica, e inclusive como justificativa delas. Suas teses foram aceitas por muitos, não apenas em Portugal, mas em toda a Europa, graças a um esforço propagandístico notável por parte do poderoso ministro. Estima-se a publicação de mais de 20 mil exemplares que circularam em Portugal e no estrangeiro, com traduções em várias línguas, espanhol, francês, italiano, alemão e latim.

Muito mais abrangente e volumoso do que esse libelo foi a *Dedução cronológica e analógica*, publicada entre 1767 e 1768, que descrevia os males provocados pela Companhia de Jesus em Portugal de 1540 até sua expulsão, em 1759. Segundo o historiador José Eduardo Franco, trata-se da “bíblia do antijesuitismo pombalino”,²⁰ que conheceu igualmente uma “extraordinária divulgação internacional a expensas do governo português”, da qual foram feitas “várias traduções, edições e impressões integrais e parciais”, também em diversas línguas, latim, italiano, francês, alemão e espanhol, além de um resumo em língua chinesa. Basílio da Gama, na última nota do poema, refere-se à *Dedução cronológica* como “obra que servirá de época à restauração das letras em Portugal; monumento de zelo e fidelidade”.

Essa ênfase no desdobramento temporal das ações (sempre avaliadas como nocivas...) da Companhia de Jesus, acrescida da consideração sobre a abrangência geográfica de sua influência, pode ter auxiliado Basílio da Gama a imaginar a pintura do teto da abóbada da catedral de São Miguel, que ocupa o centro do Canto V, em que “Estava dando leis ao mundo inteiro/ A Companhia...”. Sem contar, é claro, que naquela concepção

20 Cf. FRANCO, José Eduardo. “Os catecismos antijesuíticos pombalinos. As obras fundadoras do antijesuitismo do marquês de Pombal”. *Revista lusófona de ciência das religiões*, ano 4, n. 7/8, 2005, pp. 247-68.

deve ter tido também seu papel a impressão forte que havia causado no jovem poeta a “pintura que eles [jesuítas] têm na igreja do seu colégio romano, e na da casa profana, que com estar cobertas da máscara da religião, não deixam de ser ainda mais soberbas e insultantes”, conforme se lê em outra nota do *Uraguai*.

Nessa mesma direção, isto é, a de apresentar o confronto entre uma ordem monárquica “legítima” e grupos de revoltosos obcecados pela religião, Sérgio Paulo Rouanet aproxima *O Uraguai* à *Henriade*, obra de juventude de Voltaire, que se intitulava inicialmente *A Liga*. A obra lida com as guerras de religião que assolaram a França do final do século XVI ao início do XVII, circunscritas, no poema, do reinado de Henrique III (morto a punhaladas por um partidário fanático da Liga Católica) ao início do reinado de Henrique IV (que teria posteriormente o mesmo destino). Nesses termos, o papel da Liga, na epopeia de Voltaire, seria análogo ao da Companhia de Jesus, no poema de Basílio, ambas com características de sociedades secretas, obstinadas pelo poder e movidas pela intolerância, a ponto de estimular o regicídio. Cabe lembrar que nas notas de Basílio da Gama ao *Uraguai* ele se refere aos assassinatos dos dois Henriques associando-os direta ou indiretamente aos jesuítas.

“Não há dúvida que a *Henriada* é uma das inspirações de Basílio da Gama. Os dois poemas tratam da rebelião contra um soberano legítimo (Henrique IV, da França, D. José I, de Portugal), instigada por fanáticos religiosos (a Liga, no primeiro caso, a Companhia de Jesus, no segundo) que manipulam por ambição e sectarismo seus seguidores – no caso do Brasil, os indígenas das reduções”.²¹ Rouanet busca especificar essa semelhança, associando o rito satânico do Canto V da epopeia francesa, que vai fornecer ao assassino (Jacques Clément) o punhal “qu’aux infernales eaux la haine avait trempé” [que nas águas infernais o ódio havia banhado], com a cena de feitiçaria indígena, em que Tanajura ao revolver seu caldeirão mostra a Lindoia uma série de imagens, entre elas a de Malagrida “com um punhal banhado em sangue”. A aproximação é pertinente, embora o nexos seja unilateralmente ideológico, e ameace flutuar demais sobre a particularidade do *Uraguai*. Há no poema uma combinatória muito peculiar, em que diferentes camadas se sobrepõem, como estamos procurando aqui expor, e nessa articulação, difícil de

21 Cf. ROUANET. Sérgio Paulo Rouanet. “A *Henriada* no Brasil”. In: VOLTAIRE. *Henriada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 35.

comentar pelo amálgama complexo que dela resulta, parece residir a força do poema.

Em todo caso, é claro o alinhamento de Basílio da Gama às ideias iluministas, pelo menos tal como estas se manifestavam em Portugal. Em *O Uruguai*, o herói em filigrana é sempre o conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal. Como se lê no soneto que antecede o poema, mas que de algum modo faz parte dele, como uma espécie de pórtico, trata-se de um “Herói perfeito”, cuidando, com “firme peito”, da “Paz, Justiça, Abundância” e “Comércio”; herói modernizador, portanto, empenhado em superar a todo custo o atraso cultural e econômico de seu país, ameaçado desde sempre pela Espanha e agora submisso à Inglaterra, potência maior na nova correlação de forças da Europa. Modernização que inclui, é claro, os territórios coloniais, especialmente o Brasil. A visão de Basílio está certamente compenetrada desses projetos pombalinos. Nesse sentido, a ideia, que coube inteira num decassílabo, “Ao bem público cede o bem privado”, é uma das diretrizes daquele estado forte, e não por acaso foi pronunciada pelo general Gomes Freire de Andrade ao cacique Cacambo. Seria impossível esperar de Basílio da Gama a fórmula ácida de Voltaire, “Les malheurs particuliers font le bien général”²² [os infortúnios particulares fazem o bem geral]. Mas se a desgraça dos jesuítas é celebrada, uma vez que sua imagem é monoliticamente nefanda, a desgraça dos indígenas é no poema uma ferida acesa, cuja representação transborda dos quadros daquela prepotência que a si mesma se justifica. Digamos que o ponto de vista não mude, mas o esquema binário, referente aos inacianos, não se aplica aos indígenas, mesmo porque aqueles precisam ser expulsos e estes incorporados (ainda que entregues à miscigenação e banidos de sua língua...). Sim, trata-se sempre de um “outro”, a ser domado, como transparece nesta carta de Manuel Telles da Silva (conde de Silva-Tarouca), indicando ao ministro a necessidade imperiosa de povoar o imenso território da América portuguesa: “Mouro, branco, Negro, Índio, Mulatico ou Mestiço, tudo serve, todos são homens, são bons se os governam e regulam bem proporcionadamente ao intento”.²³ Mas a imagem do indígena em *O Uruguai* tem ambivalências. É sempre um “povo rude”, “bárbaro”, “inculta gente simples” ou “miseráveis racionais”, como consta em uma das notas, mas elogia-se também sua

22 Cf. VOLTAIRE. *Candide*, op. cit., p. 21.

23 Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, datada de 12 ago. 1752. Cf. SANTOS, Eugênio dos. “O Brasil pombalino na perspectiva iluminada de um estrangeirado”. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, v. 8, 199, p. 93. (Série 2).

candura, mansidão e valentia; em suma, o seu “estado de natureza” não de todo corrompido pelo contato com os jesuítas; e como “generoso inimigo” ele pode ser heroicizado.

III.

O Uruguai, como estamos vendo, é um poema radicalmente absorvido pelos conflitos contemporâneos. Antonio Candido chega a falar da “natureza um pouco jornalística”²⁴ de sua matéria. Mas, como autor bem de seu tempo, Basílio está também impregnado pelas noções de beleza e de grandeza dadas pela tradição greco-latina, e sua epopeia mantém diálogo franco com algumas obras, antigas e modernas, pertencentes a essa tradição. Além da *Henriade*, mencionada acima a partir da sugestão de Rouanet, pelos menos outras duas obras modernas foram importantes para Basílio. *La Araucana*, do espanhol Alonso de Ercilla, obra pioneira e incontornável no que se refere ao enquadramento épico das guerras entre europeus e ameríndios, estes, no caso, ainda não cristianizados; e *La Gerusalemme liberata*, de Torquato Tasso, em que a primeira Cruzada é revisitada da perspectiva da Contrarreforma, o que só faz acentuar a polarização do conflito entre concepções religiosas; mas esse plano geral é enlaçado com o lirismo mais intenso, sobretudo pela exuberância do autor na caracterização de personagens femininas, como Armida, Hermínia e Clorinda. O rosto desta última (“Oh viso che puoi far la morte dolce” [Ó rosto que podes tornar a morte doce]), após ser morta em duelo por Tancredi, é descrito de modo semelhante ao de Lindoia após o suicídio (no famosíssimo verso “Como era bela no seu rosto a morte”), as duas passagens inspiradas em diferentes versos de Petrarca.²⁵ Sérgio Buarque de Holanda, Mário Camarinha da Silva e Vania Pinheiro Chaves são três dos estudiosos de Basílio que enfatizam a aproximação do *Uruguai* com essas duas obras.

Mas talvez seja em relação à *Eneida* que *O Uruguai* guarde um diálogo mais estreito, a começar da importante epígrafe, extraída do Livro VIII. Antes de comentá-la, porém, consideremos,

24 Cf. CANDIDO, Antonio. “A dois séculos d’*O Uruguai*”. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas cidades, 1977, p. 172.

25 O verso de Basílio da Gama é tradução engenhosa de um verso de Petrarca “Morte bela parea nel suo bel viso” [Bela era a Morte no seu belo rosto], o último da parte I do “Triunfo da morte”. A imagem de Tasso, por sua vez, foi inspirada nos versos de Petrarca: “Non può far Morte il dolce viso amaro/ ma’l dolce viso, dolce può far Morte” [Não pode a Morte tornar amargo o doce rosto/ mas o doce rosto, pode tornar a Morte doce], que compõem a abertura do poema 358 do *Canzoniere*.

comparativamente, uma das sequências mais apreciadas e comentadas do poema de Basílio, aquela que vai dos versos 43 a 144 do Canto III. Ela sucede imediatamente à derrota dos indígenas no campo de batalha, conforme se lê no encerramento do canto anterior: “Ao número, ao valor cede Cacambo:/ Salva os índios que pode e se retira”.

Enquanto o exército inimigo, após sua esmagadora vitória, repousa acampado às margens do “profundo rio” (o Uruguai), o herói indígena resta perturbado. “Era alta noite... [...] Respirava descanso a natureza./ Só na outra margem não podia entanto/ O inquieto Cacambo achar sossego”. Aparece-lhe então o espectro de Cepé, “Pintado o rosto do temor da morte”, o corpo “banhado em negro sangue”, guardando ainda “os sinais da mísera caída”. Cepé exorta Cacambo a não fugir, a não retornar aos bosques e às “pátrias grutas”, mas, sim, ir à desforra contra os europeus: “E tu, que podes, põe a mão nos peitos/ À fortuna de Europa: agora é tempo,/ Que descuidados da outra parte dormem”. Em seguida, “sacudindo sobre as tendas fumante tocha”, “assinala com chamas o caminho” até o acampamento militar inimigo. Para atingir a outra margem, Cacambo escolhe o ponto “mais manso e mais quieto” do “largo rio”; mas o “pátrio rio” “já sabia” do propósito do indígena e “Fez que as *águas* corressem mais serenas”. Já do outro lado, produz o *fogo* como “é uso do país”, “roçando dois lenhos entre si”, e ao *vento* deixa a tarefa de propagá-lo às tendas. Quando a “chama abrasadora” do incêndio “Começa a alumiar a noite escura”, Cacambo foge lançando-se de um salto ao “fundo rio”. Enquanto nada de volta, desenvolvido como homem natural que tem a seu favor os elementos, e de ânimo ainda acrescido pela façanha, observa, “ vaidoso”, nas “águas trêmulas”, “a imagem do arrebatado incêndio” que causara. (Outra “pintura líquida” do poema é aquela, já mencionada, entrevista no recipiente da feiticeira Tanajura, e ambas se relacionam, como ainda veremos.)

Toda a sequência é bela, a noite embalada pelo murmurar do rio e o menear do vento, a espantosa aparição do amigo guerreiro e sua fala enérgica, a prontidão e os movimentos precisos de Cacambo, em completa consonância com a natureza “pátria”, seu júbilo ao impor ao exército invasor um inesperado e improvável revés, o contraste demarcado com nitidez entre o americano e o europeu. Os decassílabos brancos ajustam-se muito bem às variações de toda a cena, dramática e vívida. Mas ao propor, no encerramento da sequência, a semelhança entre Cacambo e Ulisses, associando a proeza do guarani à vitória do grego, o poema assimila a Guerra Guaranítica à Guerra de Troia (como tratada por Virgílio), assim como o específico da natureza

americana a um recorte universalizado de paisagem tal como foi consagrado pela tradição pastoril, por exemplo. Vejamos em que medida essa sequência pode ser mais bem desdobrada a partir da comparação com a *Eneida*.²⁶

Na primeira passagem da *Eneida* que nos interessa aqui abordar, entre os versos 268-297 do Livro II, embora haja diferenças evidentes, ocorre uma situação análoga à de Cacambo. Os troianos, iludidos, conduzem para dentro dos muros de sua cidade o cavalo de madeira. Naquela noite, saem os gregos que estavam escondidos no ventre do cavalo, entre eles o “execrável Ulisses”, e abrem as portas de Troia e começa então o saque da “cidade imersa no sono e no vinho”. Justo naquele momento em que se insinua “o primeiro sono para os mortais atormentados”, aparece a Eneias o espectro de Heitor, de aspecto lamentável, pois guarda ainda no corpo os traços da luta mortal e do ódio de Aquiles: “Vi, pareceu-me, ante os olhos a sombra de Heitor, desolada,/ A derramar quentes lágrimas pelo semblante tristonho”. Heitor alerta Eneias da destruição inevitável de Troia e o incita a fugir, levando consigo os Penates de seu povo que ele lhe outorga, e já assinalando o destino do herói – após longa errância, propiciar a fundação de uma cidade de poderosas muralhas (Roma): “Foge daqui, filho de uma deidade; do incêndio te livra./ Dentro dos muros campeia o inimigo; hoje Troia extinguiu-se./ Muito já demos a Príamo e à pátria. Se a Pérgamo a destra/ de algo valesse, estas mãos se imporiam na sua defesa./ Troia te entrega os seus deuses e os sacros objetos do culto./ Leva contigo esses sócios; procura morada para eles,/ grande cidade, depois de cortares o mar tormentoso”.

Na sequência das desgraças medonhas da destruição de Troia, Eneias chega com ajuda divina à casa paterna (vv. 634-97), onde tenta convencer o pai Anquises a fugir com ele, mas este se recusa, argumentando que não há mais por que viver quando tudo o que importava sucumbe. Em meio ao desespero, “se manifesta um prodígio assombroso”: uma espécie de chama envolve os cabelos e o rosto do filho de Eneias, Ascânio. Todos se amedrontam, menos Anquises, que vê nisso um feliz presságio. Então, ouviu-se um trovão, e desceu do céu uma estrela arrastando uma tocha: “Vimo-la, sim, deslizar pelos tetos das casas bem-feitas/ e no Ida augusto apagar-se, na espessa floresta do monte,/ para mostrar o caminho a

²⁶ Todas as citações da *Eneida* foram extraídas da tradução em verso de Carlos Alberto Nunes, recentemente reeditada pela Editora 34, com organização, apresentação e notas de João Ângelo Oliva Neto.

seguirmos. O sulco rebrilha”. Anquises então “se inclina ante a estrela sagrada” e decide acompanhar o filho e o neto.

Muito depois, **já na** Hespéria (Itália), próximo do final de seu périplo, uma última e terrível guerra se desenha, e passa a conturbar o “piedoso” herói. Estamos no Livro VIII e essa sequência abrange os versos 26-96: “Noite fechada, no ponto em que sono profundo envolvia/ todos os seres da terra e dos ares, em grato repouso,/ Eneias, o peito agitado por tantos cuidados/ e pensamentos de guerra, encostou a pesada cabeça/ na ribanceira, pensando ali achar o sossego ambicionado”. Aparece-lhe então o deus do rio Tibre, reafirma as antigas predições relativas ao destino do herói e lhe indica a união necessária com o rei Evandro para fazer frente a Turno e seus aliados. Quando Eneias entra com dois birremes no Tibre, em demanda desse rei, as águas se amansam e com facilidade os troianos aportam em território que fará um dia parte de Roma, mais precisamente no Aventino: “Durante todo o transcurso da noite aplacou o sagrado/ Tibre a empolada e impetuosa corrente, tornando-se calmo/ No defluir invisível do plácido espelho, tal como/ tanque sereno que os remos dos nautas de leve percutem”.

Essas três sequências da *Eneida*, inspiraram claramente Basílio da Gama na composição do episódio de Cacambo. Assim como o espectro de Cepé aparece a Cacambo, o de Heitor apareceu a Eneias; uma tocha sacudida por Cepé ilumina o caminho para o acampamento europeu, assim como uma tocha trazida por uma estrela cadente iluminou o caminho para a fuga de Troia invadida; o rio Uruguai acolhe Cacambo e o conduz silencioso à outra margem, assim como o rio Tibre acalmou o seu leito favorecendo a navegação dos troianos até o reino de Evandro. As três passagens lidam com o maravilhoso, indicando que tanto Eneias quanto Cacambo **são heróis portentosos. As diferenças, porém, são** mais significativas. Cepé clama para Cacambo **não fugir, enquanto Heitor** insiste para Eneias fugir; a tocha de Cepé indica o lugar em que se acha o inimigo, enquanto a tocha dos deuses indica o caminho para escapar do inimigo; a travessia do Uruguai conduz Cacambo ao inimigo a ser combatido, enquanto a navegação no Tibre conduz até Evandro, aliado decisivo para Eneias se fixar no Lácio, onde um dia será Roma. A rigor, as coisas estão invertidas aqui, embora o sistema de imagens seja idêntico. Não por acaso, a cena de Basílio termina com a aparição de Ulisses, vitorioso sobre a Troia de Eneias, completando de modo paradoxal a cena. De Eneias a Ulisses, de vencido a vencedor, eis o percurso de Cacambo no episódio do Canto III do *Uruguai*.

Em seguida, porém, Cacambo, “o bárbaro atrevido”, desejoso de comunicar sua façanha (que, afinal, teve poucas consequências), avista após quatro auroras “A doce pátria, e os conhecidos montes”, mas será preso e morto por envenenamento a mando do padre Balda. Não muito depois, sua “real esposa” Lindoia, desolada, irá se entregar à morte. Assim, com a desapareição do casal régio, não há futuro para os índios em sua “pátria”, a América. Visto desse ângulo, *O Uruguai* é uma “epopeia dos vencidos”, como afirma Vania Pinheiro Chaves em estudo indispensável sobre o poema.²⁷ Contrariamente, na epopeia virgiliana, Eneias esposará Lavínia e os troianos afinal estarão na raiz da mais poderosa civilização da Antiguidade. **É certo que uma passagem da *Eneida* matiza essa vitória troiana, e pode reverberar novamente para a situação americana que Basílio está confrontando.** No Canto XII (vv. 821-40), antes da morte de Turno por Eneias, que encerra a epopeia, Juno roga a Júpiter: “não permitas que a gente latina se torne/ na sua terra troianos, nem teucros se chamem, nem percam/ nunca sua fala sonora, os costumes, as vestes nativas./ Eternamente subsistam latinos e reis de Alba Longa./ Cresça a potência romana com base nos ítalos fortes./ Troia acabou; deixa então que com ela seu nome pereça”. Júpiter responde: “Conservarão os ausônios a língua e os costumes paternos;/ o nome antigo também ficará; os troianos no sangue/ mergulharão dos latinos. Costumes e ritos sagrados/ todos terão em comum; um só povo, de nome ‘latino’”. Na *Eneida*, os troianos estão sempre subsumidos, até no êxito ou na realização. Mas nem mesmo essa perspectiva existiu para aqueles indígenas das Missões, que se viram privados de tudo; e a civilização nascida daquela destruição nunca incorporou de verdade aqueles “nativos”. Mas isso, claro, extrapola da ficção. **É possível, contudo, manter-se na pura imanência de um poema que tocou na essência de um longo e penoso processo civilizatório, aliás inconcluso? A propósito, convém não esquecer, como tantas vezes ocorre, que o herói do *Uruguai* não é Cacambo, nem Cepé, mas Gomes Freire de Andrade, que neutralizou aquela ação do guarani. Depois que o fogo “Cerca as barracas da confusa gente”, intervém, metódico, o português: “Armado o General, como se achava,/ Saiu do pavilhão e pronto atalha,/ Que não prossiga o voador incêndio./ Poucas tendas entrega ao fogo e manda,/**

27 Cf. *O despertar do gênio brasileiro. Uma leitura de O Uruguai de José Basílio da Gama*. Campinas: UNICAMP, 1999, p. 103.

Sem mais demora, abrir largo caminho/ Que os separe das chamas. Uns já cortam/ as combustíveis palhas, outros trazem/ Nos prontos vasos as vizinhas ondas”. A presteza do general, a precisão de suas determinações e as ações objetivas dos seus comandados controlam o incêndio. A racionalidade e a ordem (coletiva) prevalecem sobre o mundo natural. No entanto, ponderemos, a ação de Cacambo no episódio **é mais prolongada**, mais épica e, sobretudo, mais bela, comparativamente à do ilustre general...

Prosseguindo nessa trilha comparativa, é possível avançar um pouco mais. Retornemos à imagem de Cacambo vendo nas águas do rio Uruguai os reflexos do incêndio do acampamento, feito Ulisses, que “Viu abrasar de Troia os altos muros,/ E a perjura cidade envolta em fumo/ Encostar-se no chão e pouco a pouco/ Desmaiar sobre as cinzas...”. Assim, o acampamento em chamas é associado à Troia destruída, imagem que retorna na famosa passagem de Tanajura mostrando a Lindoia “onde tinha sido Lisboa”, destruída pelo terremoto com seus “despedaçados edifícios” e “Pendientes muros e inclinadas torres”, evocando Troia e suas “grandes construções desmoronadas”, “abalada desde os alicerces”, conforme descreve Eneias no Livro II: “Ílio então vi devorada das chamas vivazes e desde/ Seus fundamentos a Troia netúnia cair aos pedaços”. Novo e engenhoso enlace, portanto, entre fato contemporâneo e exemplo extraído de fábulas antigas, tudo contido em uma espécie de caldeirão de uma feiticeira indígena. E fato contemporâneo notabilíssimo, pois o terremoto de Lisboa, ocorrido em 1º de novembro de 1755, teve repercussão impressionante. Voltaire, com todo o seu prestígio, trouxe o assunto para o centro do debate filosófico europeu, ao utilizá-lo como exemplo de um encadeamento cego da natureza, indiferente ao homem, em contraste com o pensamento de Leibniz e Pope, que postulavam que tudo o que existe, uma vez criado por Deus, só podia ser positivo. Em sua famosa novela (publicada quatro anos após o evento), coloca Cândido e Pangloss em meio à destruição da cidade: “Des tourbillons de flammes et de cendres couvrent les rues et les places publiques; les maisons s’écroulent, les toits sont renversés sur les fondements, et les fondements se dispersent” [Turbilhões de chamas e de cinzas cobrem as ruas e as praças públicas; as casas desabam, os telhados caem sobre os alicerces e os alicerces se dispersam]. No calor da hora, já havia escrito com todo empenho o “Poema sobre o desastre de Lisboa”, composto de 234 versos alexandrinos, que seria publicado em 1756: “Philosophes

trompés qui criez: ‘Tout est bien’; / Accourez, contemplez ces ruines affreuses, / Ces débris, ces lambeaux, ces cendres malheureuses, / Ces femmes, ces enfants l’un sur l’autre entassés, / Sous ces marbres rompus ces membres dispersés”²⁸ [Filosófos enganados que gritais: ‘Tudo está bem’ / Apressai-vos, contemplai essas ruínas medonhas, / Esses detritos, esses pedaços, essas cinzas infelizes, / Essas mulheres, essas crianças, uns sobre os outros amontoados, / Sob esses mármores rompidos esses membros dispersos]. Jean-Jacques Rousseau entrou nesse debate ao escrever a Voltaire uma carta (que passaria a ser conhecida como “Carta sobre a Providência”, de 18 de agosto de 1756) em que contesta com veemência a visão do poema: “Cet optimisme que vous trouvez si cruel me console pourtant dans les mêmes douleurs que vous me peignez comme insupportables. Le Poème de Pope adoucit mes maux et me porte à la patience; le vôtre aigrit mes peines [...] il me réduit au désespoir”²⁹ [Esse otimismo, que o senhor julga tão cruel, consola-me, no entanto, das mesmas dores que o senhor descreve como insuportáveis. O poema de Pope ameniza meus males e me conduz à paciência; o seu acentua minhas penas e me reduz ao desespero].

Retornando ao nosso eixo, assim como a destruição de Troia engendrou, como reparação dos deuses, a fundação de Roma, a destruição de Lisboa propiciou a sua reconstrução em outros termos, eliminando o que era carcomido e atrasado. Esse par destruição/(re) construção interessa aqui pelo menos em duas perspectivas, na verdade interligadas. A primeira, como alusão ao processo colonizador, que o poema pressupõe com clareza. No caso, desfazer as Missões, expulsar os jesuítas e o que eles simbolizam, economicamente e no plano das ideias, dispor das terras para a ocupação de novos colonos e reorganizar os grupos indígenas em novo processo, em nova experiência de humanidade.³⁰ E a segunda, como modernização do reino como um todo, desde os “alicerces” de sua capital, processo este conduzido pelo herói

28 VOLTAIRE. “Poème sur le desastre de Lisbonne”. In: _____. *Mélanges*. Paris: Gallimard, 1995, p. 304.

29 Cf. Jean-Jacques Rousseau, “*Lettres sur divers sujets de philosophie, de morale et politique*”. In: _____. *Collection complète des oeuvres*. Genève, 1780-1789, v. 12, in-4°. Disponível em: <www.rousseauonline.ch>. Acesso em: 7 out. 2012. Leitores atuais enfatizam o argumento ecológico da carta de Rousseau. Para ele, o infortúnio dos lisboetas não se deveu exclusivamente a uma fatalidade natural: “Os homens fazem mal a si mesmos e, portanto, podem evitá-lo”. “Sem abandonar o seu assunto de Lisboa, convenhamos, por exemplo, que a natureza não reuniu vinte mil casas de seis ou sete andares, e que se os habitantes dessa grande cidade tivessem sido instalados mais proporcionalmente e de modo menos compacto, os danos teriam sido bem menores e talvez nulos.”

30 Visto desse ângulo, Vania Pinheiro Chaves considera *O Uruguai* uma “epopeia do colono luso-brasileiro”. Cf. CHAVES, Vania Pinheiro. *O despertar do gênio brasileiro*, op. cit., p. 262.

de fundo do poema, o então conde de Eiras, o “grande conde” com seus epítetos “Espírito Constante” e “Gênio de Alcides”. Assim, “só a um seu aceno”, brotam “feitos e acabados vistosos edifícios” e “já mais bela nasce Lisboa”. Conforme propõe João Duarte Fonseca, a destruição da cidade pelo terremoto obrigou o “doloroso nascimento de um estado moderno”. Ruy Tavares fala de um “racionalismo iluminista” na reconstrução de Lisboa, que “se antecipou às reconversões planejadas dos centros das capitais europeias no século XIX”. Nessa ordenação do caos, nessa edificação a partir de ruínas, está incluída necessariamente a luta contra a “Ignorância”, a “Inveja”, a “Discórdia”, o “Furor”, a “Hipocrisia”, o “Fanatismo”, vícios como sempre associados aos jesuítas. Até a triste Lindoia **é chamada a testemunhar** o quanto a expulsão dos inicianos foi salutar: “Pareceu a Lindoia que a partida/ Destes monstros deixava mais serenos/ E mais puros os ares”. Esse esforço hercúleo do conde de Oeiras, conforme propõe Basílio, nos remete finalmente à epígrafe que escolheu para seu poema.

Na verdade, temos duas referências extraídas do mesmo segmento do Livro VIII da *Eneida*: a primeira, epígrafe propriamente dita, remete a algo tenebroso que foi revelado e destruído – “At specus et Caci detecta apparuit ingens/ regia, et umbrosae penitus catuere cauernae”, versos 241-242 [Ao demais disso, o palácio de Caco, vastíssimo, e os antros/ se patentearam, deixando bem claro o covil tenebroso]; a segunda, ao ritual de agradecimento ao herói que livrou a comunidade daquele perigo – “imposuit: saeuus, hospes Troiane, periclis/ seruati facimus meritosque nouamus honores”, versos 188-189 [Aliviados de um grande perigo, anualmente/ como penhor de nós todos prestamos-lhe as honras devidas], e esta, não por acaso, vem em seguida ao soneto dedicado ao conde de Oeiras.

Retomemos o contexto do livro de Virgílio do qual foram extraídas essas duas passagens. Como vimos, Eneias chega ao reino de Evandro, conduzido pelo rio Tibre. Ali são os visitantes recebidos, inicialmente por Palante, filho de Evandro, justo no momento em que se celebrava um ritual de grande importância. A coincidência não é fortuita, claro, e indica uma certa equivalência entre Hércules e Eneias, entre o herói que está sendo homenageado e aquele que acabou de chegar em momento também oportuno. O ritual é longamente explicado pelo próprio rei. Este insiste que não se trata de superstição tola, mas sim da lembrança de um acontecimento decisivo: seus antepassados viviam aterrorizados

pelo terrível e descomunal monstro Caco, apenas em parte humano, que soprava “escuro fogo”; o solo da horrenda caverna em que vivia, inacessível aos raios do sol, estava sempre úmido do sangue de suas vítimas; à porta dessa morada, o monstro expunha como troféus cabeças humanas. Quando por ali passou Hércules, trazendo consigo o espólio de um de seus doze trabalhos, os touros de Gerião (outro monstro medonho morto pelo herói), Caco, celerado e imprudente, furtou quatro machos e quatro fêmeas do rebanho e os escondeu em sua caverna, mas o vagido de uma das fêmeas denunciou o roubo, e o terrível monstro, assustado, ali trancafiou-se. Hércules rompeu o teto da caverna golpeando-o com uma rocha imensa. Descoberto, Caco luta como pode, com fogo e fumaça, mas é morto asfixiado pelo herói, que assim liberta a comunidade daquele flagelo. Incrustado em uma narrativa de traçado civilizatório, como é a *Eneida*, esse conto mitológico contém em si uma lógica análoga à do conjunto, ao propor um exemplo inesquecível de vitória sobre forças malignas ou negativas. Basílio da Gama, ao retomar essa fábula, não deixa de indicar que sua epopeia americana tem direção similar e contém também um movimento edificante, que engloba tanto a vitória sobre os sombrios jesuítas quanto a incorporação do “rude americano” em renovado processo civilizatório. Uma epopeia iluminista, que apresenta a vitória da luz sobre as trevas, na qual se sobressaem os heróis civilizadores Gomes Freire de Andrade e o conde de Oeiras.

*

Qualquer abordagem de *O Uruguai* precisa levar em conta camadas heterogêneas de significação. Caso tenha sido a “intenção do autor” escrever obra de encomenda ou encomiástica, laudatória do ideário pombalino e de suas manifestações na América portuguesa, o que parece verossímil, algo transbordou desse propósito primeiro. Ao aderir àquela proposta civilizatória, o autor trouxe necessariamente para o interior de sua composição um conjunto de valores, uma perspectiva muito definida do negativo e do positivo, do vício e da virtude. Mas as forças em tensão naquele mesmo processo nem sempre permitiram uma demarcação assim nítida. No interior do grupo europeu (militares e jesuítas) a polarização se resolve sem maiores matizes – os primeiros detêm a razão de estado e se dispõem frontalmente contra os segundos e seus supostos crimes. Já o vínculo desses dois setores com o “rude americano” é bem mais complexo, mesmo porque eles têm visões discordantes a respeito dos indígenas.

Talvez ambos concordassem apenas na necessidade da tutela dos nativos, mas os projetos eram bastante diversos, em certo sentido opostos. Para os jesuítas, tratava-se de isolá-los nas Reduções em nome de uma “experiência sagrada”, de salvação do gentio, mas para tanto era necessário também criar nessas comunidades uma autossuficiência material e de subsistência, e essa espécie de autonomia das Missões provocava constantes conflitos com os colonos ibéricos circundantes. Estes, por sua vez, ao menos no caso dos portugueses, pretendiam ao contrário “incluir” o indígena (afinal “todos são bons se bem governados”), em princípio para o povoamento e a manutenção dos territórios, inclusão que acabaria sendo realizada, mas pela progressiva descaracterização de sua identidade, a começar da proibição de sua língua. Em certo sentido, os dois grupos europeus disputam o indígena, ainda que para mantê-lo sob diferentes formas de controle. Os indígenas, por seu lado, oprimidos nas duas frentes e lançados em uma guerra impossível de vencer, têm no poema, contudo, uma imagem mais dilatada ou menos unívoca. A alta dignidade nas falas e nos gestos, a bravura e a pureza dos sentimentos são algumas das virtudes dos personagens indígenas no poema. Ao lado também, é claro, do menosprezo pela sua condição “errante”: “Fez-vos livres o céu, mas se o ser livres/ Era viver errantes e dispersos,/ [...] / Ter por justiça a força, e pelos bosques/ Viver do acaso, eu julgo que inda fora/ Melhor a escravidão que a liberdade”. Seria temerário pensar que Basílio da Gama em algum momento considerou a cultura dos indígenas como algo válido por ela mesma, mas a simpatia por eles e o lamento pela sua sorte ingrata estão patentes no poema, sem contar que eles também são os protagonistas nos momentos de maior beleza da epopeia.

Antonio Candido, em ensaio brilhante, “A dois séculos d’O *Uraguai*”, identifica no poema justamente “a tristeza do choque de culturas e interesses” ou “a história sempre atual dos povos de cultura diferente, que não se entendem e traduzem o desentendimento pelo conflito”. Considera esse “balanceio de culturas e gêneros de vida”, com seus inevitáveis contrapontos, o “princípio estrutural” do poema. O “sentimento de beleza” de Basílio da Gama o teria levado a preferir “a plasticidade” do indígena em detrimento das “pompas” do homem civilizado ou da “secura monocromática” dos jesuítas. O resultado está entre o belo e o trágico: o valor “específico do mundo natural, estilhaçado pela ambição colonizadora”.

MURILO MARCONDES DE MOURA é professor de Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo. Publicou, entre outros, *Murilo Mendes: a poesia como totalidade* (São Paulo: Edusp/ Giordano, 1995), *Manuel Bandeira* (São Paulo: PubliFolha, 2001) e *O mundo sitiado: A poesia brasileira e a Segunda Guerra Mundial* (São Paulo: Editora 34, 2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, J. M. Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. (3 vols.)
- ASSIS BRASIL, Ptolomeu de. *Batalha de Caiboaté*. Brasília: Senado Federal, 2010.
- BESSA-LUÍS, Agustina. *Sebastião José*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BOSI, Alfredo. “As sombras das Luzes na condição colonial”, in: *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CANDIDO, Antonio. “O disfarce épico de Basílio da Gama”, in: *Formação da literatura brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: FAPESP/Ouro sobre Azul, 2017.
- _____. “A dois séculos d’O Uruguai”, in: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- CHAVES, Vania Pinheiro. *O despertar do gênio brasileiro. Uma leitura de O Uruguai de José Basílio da Gama*. Campinas: UNICAMP, 2000.
- _____. *O Uruguai e a fundação da literatura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1997.
- ERCILLA, Alonso de. *La Araucana*. Madrid: Editorial Castália, 1987. (2 volumes).
- FONSECA, João Duarte. *O terramoto de Lisboa*. Lisboa: Edições Argumentum, 2005.
- FRANCO, José Eduardo. “Os catecismos antijesuíticos pombalinos. As obras fundadoras do antijesuitismo do marquês de Pombal”. In: *Revista lusófona de ciência das religiões*, Ano IV, n.º 7/8, 2005, pp. 247-268.
- FRANCO, José Eduardo et alii (Orgs.). *Jesuítas e ilustração. Rupturas e continuidades*. São Leopoldo: UNISINOS, 2019.
- GADELHA, Regina A. F. (Ed.). *Missões guarani. Impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1999.

GAMA, Basílio da. *O Uruguay*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Ministério da Cultura, 1995 [Edição fac-similar].

_____. *O Uruguai*. Org. de Mário Camarinha da Silva. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

_____. *Obras poéticas*. Organização e apresentação de Ivan Teixeira. São Paulo: EDUSP, 1996.

GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica. O levante indígena que desafiou Portugal e Espanha*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

GOLIN, Tau. *A expedição. Imaginário artístico na conquista militar dos Sete Povos jesuíticos e guaranis*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.

GRUZINSKI, Serge. *A passagem do século: 1480-1520*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque. “A Arcádia heroica”, in: *Capítulos de literatura colonial*. Organização e introdução de Antonio Candido. São Paulo: Brasiliense, 1991.

KAULEN, Lourenço. *Resposta apologética ao poema intitulado O Uruguay*. Lugano, 1786.

KERN, Arno Álvares. *Utopias e Missões jesuíticas*. Porto Alegre: URGs, 1994.

MALAGRIDA, Gabriel. “Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte de Lisboa”. In: MURY, Paul. *História de Gabriel Malagrida*. Transcrição de Camilo Castelo Branco. São Paulo: Giordano/ Instituto Italiano de Cultura, 1992.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELIÀ, Bartomeu e NAGEL, Liane Maria. *Guaraníes y jesuítas en tiempo de las Misiones*. Santo Angelo/ Asunción: Centro de Cultura Missioneira/ CEPAG, 1995.

MELO, Sebastião José de Carvalho e. *República jesuítica ultramarina*. Apresentação e transcrição de Júlio Quevedo. Santo Ângelo: Centro de Cultura Missioneira/FUNDAMES, 1989.

MURATORI, Ludovico Antonio. *O cristianismo feliz nas Missões jesuíticas*. Santa Rosa: Instituto Educacional Dom Bosco, 1993.

NOVAIS, Fernando A. “O marquês de Pombal e os historiadores”, in: *Aproximações: Estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

RABUSKE, Arthur. “Cartas de índios cristãos do Paraguai, máxime dos Sete Povos datadas de 1753”, in: *Estudos Leopoldenses*, Ano XII, Vol. 14, N. 47. São Leopoldo: UNISINOS, 1978.

ROUANET, Sérgio Paulo. “Basílio da Gama e a Ilustração”, *in: Revista USP*, São Paulo, nº 50, junho/agosto 2001.

SANTOS, Eugênio dos. “O Brasil pombalino na perspectiva iluminada de um estrangeirado”, *in: Revista da Faculdade de Letras*, Porto, II serie, vol. VIII, 199, pp. 75-105. [No final do artigo, encontram-se transcritas as cartas de Silva-Tarouca]

SCHADEN, Egon. “A religião guarani e o cristianismo. Contribuição ao estudo de um processo histórico de comunicação intercultural”, *in: Revista de antropologia*, FFLCH, vol. 25, 1982.

SZABO, Franz A. J. *The Seven Years War in Europe, 1756-1763*. Edinburgh: Pearson Education Limited, 2008.

TASSO, Torquato. *Gerusalemme liberata*. A cura di Lanfranco Caretti. Milano: Oscar Mondadori, 1998.

TAVARES, Ruy. *O pequeno livro do grande terramoto*. Lisboa: Tinta da China, 2005.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: FAPESP/EDUSP, 1999.

VIRGÍLIO. *L'Énéide*. Tradução e apresentação de Paul Veyne. Paris: Albin Michel/ Les Belles Lettres, 2012.

_____. *Eneida*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Organização e apresentação de João Ângelo Oliva Neto. São Paulo: Editora 34, 2014.

VOLTAIRE. *Candide ou l'optimisme*. Paris: Gallimard, 2018.

_____. *Correspondance*. Paris: Gallimard, 1978. [Vol. IV, 1754-1757.]

_____. *Mélanges*. Paris: Gallimard, 1961.

_____. *Henriada*. Tradução de Tomás de Aquino Bello e Freitas. Prefácio de Sérgio Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.